



UNICEPLAC
CENTRO UNIVERSITÁRIO

Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos - UNICEPLAC
Curso de Direito
Trabalho de Conclusão de Curso

**A responsabilidade do Estado na implementação da
vacinação obrigatória em favor da saúde pública**

Gama-DF
2024

Elias de Sá Marinho

A responsabilidade do Estado na implementação da vacinação obrigatória em favor da saúde pública

Artigo apresentado como requisito para conclusão do curso de Bacharelado em Direito pelo Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac.

Orientadora: Profa. Me. Andrea de Araújo Costa

Gama-DF
2024

Elias de Sá Marinho

A responsabilidade do Estado na implementação da vacinação obrigatória em favor da saúde pública

Artigo apresentado como requisito para conclusão do curso de Bacharelado em Direito pelo Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac.

Gama-DF, 16 de novembro de 2024.

Banca Examinadora

Profa. Me. Andrea de Araújo Costa
Orientadora

Profa. Me. Caroline Lima Ferraz
Examinadora

Prof. Gedeon Dias Ramos Junior
Examinador

O papel do Estado na implementação da vacinação obrigatória em favor da saúde pública

Elias de Sá Marinho¹

Resumo:

Desde o início da implantação da vacina na sociedade a obrigatoriedade da vacina divide opiniões. Contudo, mesmo sendo um dos métodos mais eficazes para garantir um combate forte e duradouro de doenças contagiosas por vírus, a baixa adesão a esse sistema de imunização tem crescido por diversos fatores. Nesse sentido surgem dois questionamentos ao tema, a vacinação obrigatória efetivamente estaria amparada a respaldo jurídico, e se seria de responsabilidade do Estado promover a obrigatoriedade em prol da saúde pública. No presente trabalho também serão discutidos argumentos éticos e legais que amparam a obrigatoriedade da vacinação como forma de combate a doenças imunobiológicas. O foco deste trabalho é analisar a preponderância dos direitos coletivos em prol dos direitos individuais, onde as ações do Estado buscam garantir e resguardar o direito à saúde e a vida da população.

Palavras-chave: Vacinação obrigatória; Saúde pública; Responsabilidade Estatal.

Abstract:

Since the beginning of the implementation of the vaccine in society, the mandatory nature of the vaccine has divided opinions. However, even though it is one of the most effective methods to guarantee a strong and lasting fight against contagious viral diseases, low adherence to this immunization system has grown due to several factors. In this sense, two questions arise on the topic: mandatory vaccination would effectively be supported by legal support, and whether it would be the State's responsibility to promote mandatory vaccination in favor of public health. This work will also discuss ethical and legal arguments that support mandatory vaccination as a way of combating immunobiological diseases. The focus of this work is to analyze the preponderance of collective rights in favor of individual rights, where State actions seek to guarantee and protect the population's right to health and life.

Keywords: Mandatory vaccination; Public health; State responsibility.

¹Graduando do Curso de Direito, do Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac.

E-mail: elias.edsm@gmail.com.